

# Geopolítica e Geografia Escolar: o desencontro das temáticas e os desafios atuais da formação cidadã

*Elisabeth Cristina Dantas de Araújo<sup>1</sup>*

## Resumo

A chamada Geografia Escolar parece ter deixado de cumprir seu papel enquanto formadora de cidadãos críticos e ativos socialmente. Em especial o ensino de geopolítica, tema tão vinculado diariamente pelas mídias, infelizmente está fugindo das discussões escolares. Objetivamos aqui refletir sobre a prática de ensino de geografia e geopolítica na escola, abordando como esse tema vem sendo tratado nos livros didáticos, tendo em vista a dissociação da geografia acadêmica com o ensino regular básico. Bem como os desafios enfrentados diariamente pela educação como um todo, na busca por uma formação mais digna e completa.

**Palavras-chave:** Geopolítica; Geografia escolar; Ensino de geografia.

## Introdução

Quando falamos de geografia, não só os aspectos físicos dos lugares nos vêm à mente, mas também discussões políticas que saem nas mídias diariamente e que, de um modo ou de outro, atribuímos sua explicação à ciência geográfica. E daí nos remetemos ao termo ‘geopolítica’, onde as constantes notícias sobre os diversos conflitos espalhados pelo mundo são esmiuçadas nessa temática da ciência geográfica, de maneira que causa curiosidade na maioria das pessoas.

A Geopolítica nasce com o alemão Friedrich Ratzel, no final do século XIX. De acordo com o Dicionário Aulete Digital, é definida como “campo de estudo que focaliza a importância da influência de fatores econômicos, geográficos e demográficos sobre a política, nas relações internacionais”. Conforme Ratzel (*apud* DANELLI, 2007, p. 196), “a geopolítica é um instrumento da política externa de um país, baseado na valorização do espaço ou território como forma de exercer a hegemonia mundial”.

Mesmo com a prerrogativa do interesse do aluno acerca desse conhecimento, devemos procurar fazer uma análise da situação do ensino de geopolítica na geografia escolar, apontando suas falhas, benefícios e possíveis consequências da inserção de fato e bem trabalhada desse conteúdo nos livros didáticos e na própria sala de aula. A geopolítica pode representar uma forma de explorar ao máximo o

1 Licenciatura em Geografia (UFRN). Contato: [elisabethcda@hotmail.com](mailto:elisabethcda@hotmail.com)

conhecimento prévio do aluno, na busca de uma aprendizagem mais significativa, bem como inspirar a valorização do ensino de geografia na escola e a própria maneira como a disciplina é vista pela comunidade escolar e pela sociedade como um todo. Os paradigmas mercadológicos impostos às áreas do conhecimento são, talvez, os maiores causadores de desvalorização do ensino, portanto, nossa preocupação em trabalhar de maneira consciente e prática a nossa disciplina específica.

Faremos aqui uma discussão que remonta à crise atual (ou muito antiga?) da geografia escolar, refletindo sobre as disparidades da atuação do profissional nesta área diante dos conhecimentos aprendidos na graduação. Em seguida, faremos uma crítica à maneira como os livros didáticos utilizados nas escolas fazem alusão aos temas de geopolítica. Para isso, escolhemos especificamente duas coleções, o “Projeto Araribá”, da editora Moderna; e a famosa “Geografia Crítica”, de José William Vesentini. Por fim, procuraremos nos debruçar sobre os desafios colocados para a escola enquanto instituição, bem como suas contribuições para uma educação consciente e motivadora.

### **Geografia Escolar x Geografia Acadêmica: as disparidades que fazem mal**

Não é de hoje que diversos autores vêm criticando o descompasso entre a geografia escolar e a geografia acadêmica que se aprende na graduação. Parece haver uma distância em escala surreal entre as duas esferas, tanto que a geografia escolar tornou-se obsoleta e desmotivadora, é aquela que não necessita de tanta dedicação ou horas de estudo, pois basta decorar os rios de tal lugar, a capital daquele país ou o relevo da cidade. Pronto! Comemoremos a aprovação.

Todos os conceitos abrangentes e aprendidos duramente na academia parecem esquecidos quando se entra numa sala de aula da educação básica. A chamada geografia humana perde espaço para a vertente física, pois é mais fácil fazer os alunos engolirem o conteúdo sobre relevos e vegetações. No máximo, a geografia humana ensina sobre as cores das bandeiras, mais fácil que ensiná-los que os grandes acontecimentos políticos e econômicos interferem de uma maneira ou de outra em sua realidade. A propósito, não há a mínima preocupação com a realidade do aluno, diga-se de passagem.

Não queremos dizer aqui que a geografia física não é importante, afinal ela também é área do conhecimento desta disciplina. O que devemos é refletir até que ponto nós podemos deixar de lado as discussões sociais, as possíveis atitudes que devem ser

tomadas para que as modificações de ordem local tomem proporções em âmbito global, assim como o contrário, porém não de maneira tão dura, opressora, deseducada.

A educação política deveria ser função da geografia escolar e da escola como um todo para com a criança. Trata-se, como afirma (BRABANT, 2008, p. 16), “não de fazer dela um revoltado, mas, ao contrário, um cidadão ligado à comunidade que pertence.” Esse mesmo autor, em forma de crítica ao enciclopedismo que a geografia parece ter absorvido com tanta facilidade e destreza, coloca que essa memorização:

(...)contribuiu para a abstração crescente do discurso geográfico, ao mesmo tempo em que alimentou o tédio das gerações que classificaram a geografia entre as matérias a memorizar (...) o enciclopedismo geográfico igualmente concluiu o fenômeno de despolitização do discurso geográfico que consegue tão frequentemente falar da atualidade sem colocar um único problema político. (BRABANT, 2008, p. 19).

É necessário algo que dê vida às aulas de geografia. Se na academia os alunos-professores aprendem a disciplina como referência para explicar os conflitos mundiais, os efeitos econômicos dos países ricos sobre o restante do mundo, as consequências da globalização; se essa é a cara que a geografia pretende assumir, devemos refletir o porquê de tais conteúdos não serem trabalhados em sala de aula, quando todos os dias há o que se comentar e dar como exemplo.

A crise da disciplina parece estar diretamente ligada ao rompimento dela própria com a sua finalidade, tanto que é possível hoje encontrar discussões que questionam se é de fato a geografia uma ciência responsável por formar cidadãos politizados, quando as ciências sociais parecem estar mais aptas e mais dispostas a esse papel.

Rafael Straforini, em sua obra *“Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais”*, reflete sobre o atual papel da geografia e declara que:

A geografia, necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro com responsabilidade, ou ainda, preocupar-se com o futuro através do inconformismo com o presente. (STRAFORINI, 2008, p. 51).

Há também que não se culpar somente a postura da ciência geográfica em sua vertente crítica, mas refletir sobre as práticas pedagógicas ainda tradicionais. Para Straforini (2008), a geografia crítica e o construtivismo encenam um casamento sem festa, pois o que acontece continuamente é a tentativa de uma abordagem crítica da geografia,

porém dissociada das práticas pedagógicas também críticas, ao contrário, estão unidas à prática tradicional, que Paulo Freire (1987) chamou de educação bancária.

### **A geopolítica dos livros didáticos**

As críticas à ideologia dos livros didáticos são constantemente repetidas por professores, teóricos e graduandos. O grande impacto ao abrir um livro escolar, especificamente de geografia, é a enorme dissociação que existe entre as discussões realizadas na academia e o conteúdo abordado no livro. É como se houvessem dois mundos, duas geografias.

Apesar de todos os contratemplos e reclamações, não há como negar que o livro ainda continua a ser o manual da prática docente:

O livro didático se tornou a “bíblia” dos professores e nem sempre as editoras colocaram no mercado livros com um mínimo de seriedade e veracidade científicas (...) é este material, sem qualidade aferida ou ratificada pelos círculos acadêmicos das universidades e pelos professores da rede oficial, que se tem transformado no definidor da ‘geografia que se ensina’. É ele que tem sido caracterizado e caracteriza o que é geografia. (OLIVEIRA, 2008, p. 137).

Fazendo uma análise do livro do 8º ano de Geografia da Coleção Araribá, nos debruçamos sobre o capítulo 8, intitulado “O Brasil”, onde se propõe trabalhar as características (geo)políticas e (geo)econômicas do país, sempre comparado aos Estados Unidos quando se faz referência aos países desenvolvidos. Na primeira parte do capítulo, chamada Política Externa Brasileira, o livro dedica duas páginas a discutir o conceito de geopolítica e a resumir em excesso a geopolítica brasileira. Sendo assim, a autora introduz num trecho curto a existência e importância do pensador alemão Friedrich Ratzel para a geopolítica, afirmando ser ele o criador da geopolítica e explanando rapidamente seu pensamento acerca do tema.

Afirma ainda que o Brasil atual tem procurado fortalecer-se a partir de planos de cooperação e práticas de diplomacia com os países mais ricos, buscando expandir sua participação política no mundo. Nas outras partes do curtíssimo capítulo, o livro insiste em expor as relações do Brasil com os países vizinhos e de como o país está se comportando diante do mundo globalizado.

O livro conta ainda com atividades inacabadas no sentido teórico, ou seja, suas respostas estão prontas no pouco texto exposto anterior ao exercício, não cobrando ao aluno uma reflexão sobre o assunto.

Em momento algum do capítulo notamos a presença dos conceitos fundantes da geopolítica, sendo alguns mais gerais apenas citados como Estado, Território e Povo, porém, distribuídos no texto sem a mínima explicação do que venham a ser e o que representam para a geopolítica ou a geografia. O conceito de território, quando surge, transparece a ideia somente de limite espacial dos países, a exemplo da frase:

A geopolítica pode ser definida como a ciência que estuda as estratégias de estado para melhor administrar seu território com vistas à sobrevivência de seu povo e sua melhor inserção no plano internacional. (DANELLI, 2007, p. 196).

Ou seja, não fica clara a real intenção do autor do livro ao trabalhar o assunto. Pior que isto, dependendo da abordagem feita pelo professor em sala de aula, a interação do aluno com a temática de geopolítica fica cada vez mais distante. Como dissemos antes, não importa somente utilizar do discurso da geografia crítica, é preciso também renovar as práticas pedagógicas. Não queremos aqui defender que os alunos devem aprender os conceitos assim como nós os vemos na graduação, pois a linguagem é outra, o entendimento é outro; queremos é deixar claro que tudo depende da maneira como o conteúdo será trabalhado, pois uma prática articulada e que envolva a realidade do aluno, na maioria das vezes, reverte em resultados mais rápidos e, sem dúvida, mais eficazes.

Outra obra por nós analisada é o livro “Geografia Geral e do Brasil”, do professor de geografia José William Vesentini. Conhecido por sua abordagem crítica, Vesentini faz do livro uma análise mais completa sobre os problemas sociais atuais. Como exemplo disso, na unidade que trata sobre “Geografia Política do Mundo Atual”, Vesentini faz uma boa explanação sobre os problemas do mundo: a fome, o desemprego, a dicotomia centro periferia dos países, entre outras questões de dimensão global que atingem as pessoas.

No decorrer da unidade, Vesentini dedica um capítulo a estudar as contradições e conflitos internacionais, procurando abordar como essas tensões tenderam a existir e suas consequências para as comunidades nacionais, especialmente as mais pobres e afetadas pelas decisões tomadas pelos grupos de países dominantes, como demonstrado nas figuras 1 e 2.

Figura 1 - Capítulo sobre conflitos internacionais

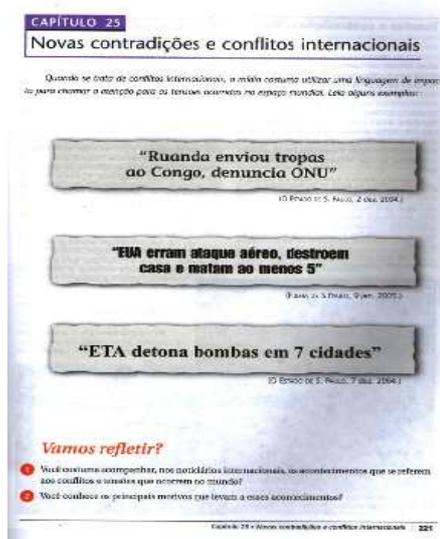
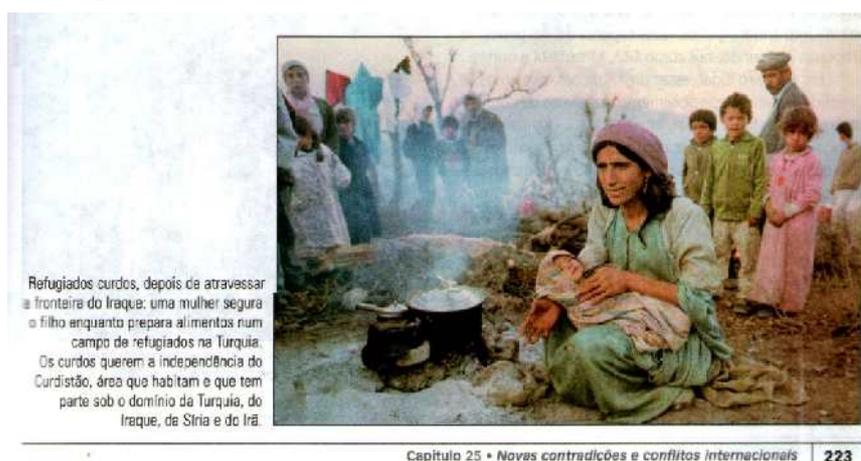


Figura 2 - População afetada pelos conflitos internacionais



Apesar da metodologia empregada pelo autor de trabalhar com imagens chocantes e textos bem escritos e embasados, semelhante ao que acontece no livro do *Projeto Araribá*, não ficam claros os conceitos da geopolítica. Não há sequer uma dedicação especial ao entendimento do Estado enquanto instância de poder. Há sim, uma discussão geral englobando o Estado e sua influência no poderio mundial, especialmente os países ricos, detentores da economia e política global. Porém, falta a ampliação desses conceitos e uma explanação sobre sua importância para o entendimento da geopolítica. O capítulo tem início já com a nova ordem mundial, em seguida esmiuçado sobre os mais diversos aspectos e, por fim, as consequências das ações governamentais (violência, terrorismo, fome, etc).

Em obras paradigmáticas das quais participam textos elaborados por Vesentini, percebemos que a postura do autor é de quem está preocupado com a forma que está disposto o ensino no Brasil, em especial o ensino de Geografia. O autor critica categoricamente as práticas educativas utilizadas na formação escolar. Reflete que na escola se reproduz também, e talvez ainda mais formalmente, as lógicas de dominação que advém de um sistema verticalizado, que chega na escola com inúmeras regras, uma delas sendo a adoção do livro didático como “verdade já pronta, que o professor deve apenas reproduzir, e o aluno assimilar, a produção do saber sendo portanto externa à prática educativa.” (VESENTINI, 1985, p. 164).

O autor lembra que o livro didático não é responsável por todos os males da educação, pois suas informações também importam, mas acredita que o professor precisa encontrar outras formas de compartilhar esse conhecimento:

O professor pode e deve encarar o manual não como o definidor de todo o seu curso, de todas as suas aulas, mas fundamentalmente como um instrumento que está a seu serviço, a serviço de seus objetivos e propostas de trabalho. Trata-se de usar criticamente o manual, relativizando-o, confrontando-o com outros livros, com informações de jornais e revistas, com a realidade circundante. (VESENTINI, 1985, p. 167).

Vesentini critica também a divisão implantada nos livros que ele categoriza como “A Terra e o Homem”, aqueles manuais divididos em parte física e parte humana, como se fossem coisas indissociadas, sem qualquer relação. Uma citação de Vesentini nos chamou particular atenção:

(...)os comentários e as fotos das palafitas na Amazônia, a ênfase nos esquimós e lapões, a supervalorização da realidade agrária (sempre vista em função da fertilidade natural do solo, de produtos “temperados” e “tropicais”, de *habitats* ligados às características fisiográficas de seus locais etc.), em detrimento da cidade e da indústria, etc. (VESENTINI, 1985, p. 168).

Porém, observando a estrutura do livro por nós analisado, percebemos que Vesentini obedece exatamente a essa estrutura. Sua primeira parte está voltada para o estudo das escalas, posteriormente incorporando a discussão da indústria e da agricultura, para, na segunda parte do livro, abordar as questões de cunho social, os conflitos, os problemas socioeconômicos, etc.

Há certa contradição nas abordagens de Vesentini, mas apesar de tudo, sabemos que há por detrás dessas obras didáticas a pressão da grande corporação do mercado do livro, um sistema que é comandado por agentes sociais de grande influência, que não estão preocupados necessariamente em criticar a realidade do mundo. Mas é uma formação mais válida e consciente da realidade social, e com certeza uma educação melhor, que defendemos aqui sob o rótulo de formação política e cidadã do nosso alunado.

De maneira sensata, devemos deixar claro que os livros observados são destinados a séries diferentes; enquanto o livro do Projeto Araribá é voltado ao 8º ano do ensino fundamental, a obra de Vesentini se destina ao público do ensino médio, num volume único que contempla os três anos de formação. Porém, nossa crítica diz respeito ao fato de que apesar de tratarem de assuntos ligados à geopolítica, quando não a ela propriamente dita, não articulam os conteúdos de forma compreensível ou ao menos aproximada daquela que na academia vemos como geopolítica clássica. Como já dissemos, parece haver dois mundos distintos na geografia, e muitas barreiras ainda precisam ser quebradas para que a educação geográfica chegue com eficiência nas escolas brasileiras.

### **Os desafios da formação escolar cidadã**

Se a proposta da geografia é formar alunos cidadãos e ativos na sociedade, contribuindo de maneira eficaz para a melhoria da nossa condição de vida nas mais diversas instâncias, nada melhor que a geopolítica para dar o aporte teórico necessário capaz de gerar uma reação que acabe com o conformismo do alunado e do professor.

Hoje, os elementos que desvirtuam uma criança ou jovem da escola estão por toda parte. O mundo fora do muro escolar oferece uma gama de possibilidades que distraem os alunos. A escola parece ter perdido sua capacidade de preencher o vazio que a ignorância ocupa, e daí voltamos a nossa discussão sobre a crise não só da geografia, mas da escola como um todo.

Os objetos tecnológicos são talvez, atualmente, os maiores vilões da educação, no sentido de que nossos alunos não têm a consciência de filtrar as informações que são realmente importantes para sua formação. A sala de aula é bombardeada pelas mensagens que chegam a todo minuto de todos os lugares do mundo, e que encontram repouso nos aparelhos de comunicação conectados 24h por dia à rede mundial. A

população que faz uso de tais aparelhos não reconhece o discurso ideológico por detrás da informação, portanto, não reconhece a intencionalidade oculta nos “fatos” noticiados.

Se ao menos a informação recebida fosse útil para a construção de novos saberes... Mas como pontua Santos (2010, p. 39), “O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”.

A geografia, enquanto ciência preparada para responder às indagações políticas, tem fracassado em seu papel. Como se não bastasse, tudo colabora para a ineficácia da disciplina, como a redução constante de sua carga horária nas escolas. E mesmo quando existe um número maior de aulas, não há tantas melhoras assim, lembrando o ensino enciclopedista ou mesmo a educação bancária tão criticada por Paulo Freire, ao colocar o professor como um mero narrador das leituras livrescas, engessadas, que paralisam o educador, o educando, e a educação como um todo:

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. (FREIRE, 1987, p. 66).

Essa característica não é somente própria da geografia, mas atinge especialmente as humanidades, freadas pelos vários bloqueios impostos diariamente a nós. O poder público, a política, a mídia, as próprias instâncias de assistência à educação, nada contribuem para que as licenciaturas sejam apoiadas. A infraestrutura defasada das escolas públicas, levando os alunos a sentirem cada vez mais desinteresse pela escola e os professores pela educação. Enquanto isso, as escolas privadas amontoam dinheiro em cima de uma educação comprada, de algum modo também banalizada, focada na educação técnica, produtora indireta da alienação.

Existe um medo óbvio em formar professores capazes de se comprometer com a educação e reverter o quadro deficiente da formação escolar brasileira. O grande problema está no fato de que nós percebemos essas fraquezas, mas o aluno não tem a ideia do que ocorre nos bastidores educacionais. Essa é a questão, e a deficiência maior. Quando a educação e a geografia estarão dispostas a usar os temas de geopolítica noticiados pela mídia para mudar esse quadro?

Sem culpar somente as instituições, culpemos aqueles que não se encontram enquanto professores, que não compreendem a urgência da formação digna, aqueles que ocupam bancos de universidades, nas licenciaturas, pelo simples motivo de garantir um diploma de ensino superior, para em seguida cumprir sua árdua jornada de trabalho com tristeza e descaso.

Culpemos-nos pela falta de esperança tão discutida por Paulo Freire em outra obra fantástica, a “Pedagogia da Esperança”:

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança como necessidade ontológica, se desarvora, se desenderessa e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero.” (FREIRE, 1992, p. 6).

A conscientização que pode e deveria ser proporcionada pelos conhecimentos da geopolítica, tão importante na nossa formação acadêmica (onde também está sendo deixada de lado), é o mote para a abertura da consciência estudantil. Não adianta discursar tão lindamente enquanto as ações são impraticadas, ou impraticáveis, quando utópicas demais. É necessário unir teoria e prática, pois o tempo está passando e as novas gerações têm todo o aporte para cada vez mais se afastar da escola, da educação.

### **Considerações finais**

Como vimos, há um desencontro entre o ensino de geopolítica que temos e aquele que queremos. Cabe-nos, portanto, refletir as dificuldades e por em prática os conhecimentos adquiridos com tanto esforço durante a graduação, para que possamos pensar numa educação que tenha valor e respeito, especialmente o educador, peça essencial nesse processo.

A geopolítica, elemento principal de nossa discussão, precisa ser revista em todos os âmbitos, senão permanecerá uma abordagem engessada, que não permitirá grandes descobertas dentro da geografia, e quando falamos em revisão nos referimos desde a importância que se dá a ela nas universidades e não apenas para quando a levamos para dentro de sala de aula.

No Brasil, a temática ainda permanece concentrada a alguns autores. José William Vesentini parece-nos, por vezes, ser o único autor habilitado em tratar do tema geopolítica tomando como base a Geografia Crítica. Devemos levar essa temática à frente, impulsionando outros autores e produções de livros didáticos, e levá-la cada vez mais a

ser buscada na geografia, na escola. A conscientização surge a partir do momento em que temos vontade de sair da escuridão que nos toma a vida e a liberdade. Sigamos em busca de tal.

## Referências

BRABANT, J. M. Crise da Geografia, Crise da Escola. In VESENTINI, José William. **Para onde vai o ensino de geografia?** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DANELLI, S. C. S. **Geografia**. 8º ano. Projeto Araribá. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e Ensino de Geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.) **Para onde vai o ensino de geografia?** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade: mundo nas séries iniciais**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

VESENTINI, José William. **Geografia Geral e do Brasil**. Volume Único. 1 ed. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Geografia e Ensino: Textos Críticos**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 1985.

**Recebido em Abril de 2012.**

**Publicado em Julho de 2012.**